



VI Colóquio Internacional
“A educação pelas imagens e suas geografias”

Campinas, 08 a 10 de novembro de 2021.

(C)ARTOGRAFIAS DO CORPO(-TERRITÓRIO): REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ENCARNADA

Manuela Monarcha Murad da Silveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

manu.abracadabra@gmail.com

Resumo

Como parte de uma investigação de doutorado em andamento sobre as linguagens, práticas e discursos das cartografias feministas latino-americanas, desenvolvemos uma reflexão teórico-metodológica sobre as possíveis contribuições do uso das (c)artografias do corpo(-território) no âmbito da educação geográfica, tendo como horizonte a construção plural de uma geografia encarnada. Denominamos (c)artografias do corpo(-território) a um amplo leque de processos de mapeamento empreendidos individual ou coletivamente por artistas e geógrafas feministas latino-americanas que têm nas cartografias *no/do* corpo seu eixo fundamental. Entendidos como dispositivos ambivalentes, por sua associação inequívoca à manutenção de relações coloniais e patriarcais de poder, os mapas são aqui ressignificados a partir da inclusão de novos suportes, símbolos, temas, sujeitos e metodologias tradicionalmente marginalizados pelo Estado e pela própria geografia. Ainda que nem sempre articulado, trata-se de um esforço coletivo de denúncia e visibilização dos múltiplos aspectos e escalas de incidência da violência contra as mulheres a partir de um olhar geográfico, que, por seu potencial de (des)construção teórica, epistemológica e metodológica, demanda reflexões e análises desde o campo da educação geográfica.

Palavras Chave: (C)artografias; Corpo(-território); educação geográfica; geografia encarnada.

Introdução

Como parte de uma investigação de doutorado em andamento sobre as linguagens, práticas e discursos das cartografias feministas latino-americanas, desenvolvemos uma reflexão teórico-metodológica sobre as possíveis contribuições do uso das (c)artografias do corpo(-território) no âmbito da educação geográfica, tendo como horizonte a construção plural de uma Geografia encarnada (SILVA, 2020). Denominamos (c)artografias do corpo(-território) a um amplo leque de processos de mapeamento empreendidos por artistas e geógrafas feministas latino-americanas – individual ou coletivamente – que têm nas cartografias *no/do* corpo seu eixo fundamental. São exemplos disso o projeto Signos Cardinales, da artista colombiana Libia Posada (figura 1), e as cartografias do corpo-território realizadas pelo Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (Figura 2).

Em diálogo com discussões recentemente desenvolvidas sobre o uso da cartografia crítica e artística na educação geográfica e na ampliação dos imaginários geográficos (OLIVEIRA Jr., 2009; GIRARDI et al, 2011; NOVAES, 2014; LOPES et al, 2016), apresentamos uma reflexão sobre o potencial de utilização destas (c)artografias em



VI Colóquio Internacional
“A educação pelas imagens e suas geografias”

Campinas, 08 a 10 de novembro de 2021.

espaços de ensino de geografia, sejam eles escolares ou não, ressaltando sua importância no processo de ampliação da leitura de mundo e na análise crítica dos imaginários geográficos que a geografia e a cartografia escolares tradicionalmente criam, com predominância do uso de mapas cartesianos que oferecem uma possibilidade limitada, estanque e desencarnada de entendimento dos processos sócio-espaciais. Ainda que nem sempre articulado, trata-se de um esforço coletivo de denúncia e visibilização dos múltiplos aspectos e escalas de incidência da violência contra as mulheres a partir de um olhar geográfico, que, por seu potencial de (des)construção teórica, epistemológica e metodológica, demanda reflexões e análises desde o campo da educação geográfica.

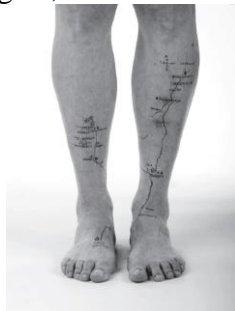


Figura 1: Fotografia da obra Signos Cardinales da artista Libia Posada.
Fonte: POSADA, 2014.



Figura 2: Mapa do corpo-território divulgado pelo Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2017).

Desenvolvimento

A presente pesquisa vem sendo construída a partir de uma metodologia feminista – situada, reflexiva, engajada e vinculada às experiências das mulheres na luta feminista – que explicita, o caráter político do processo de pesquisa, rompendo o lugar de enunciação pretensamente “universal” da ciência. Sendo assim, partimos da enunciação do nosso lugar de produção acadêmica como parte de um dos coletivos cuja produção serve como objeto de análise e como formadora docente em geografia que vem experimentando estas (c)artografias em sala de aula e oficinas, o que nos permite uma análise situada, parcial e corporificada das experiências (c)artográficas analisadas (HARAWAY, 1988). Em um sentido mais operacional, a pesquisa é desenvolvida com base em revisão bibliográfica, levantamento das (c)artografias do corpo(-território) produzidas na América Latina, leitura do material que vem sendo produzido pelos coletivos, artistas e mapeadoras selecionadas e, finalmente, sistematização e análise deste material à luz da bibliografia revisada, em diálogo com nossa própria experiência docente. Utilizamos para isso três principais categorias de análise, a saber: processo, objeto e uso cartográfico, entendidas por Santos (2011, p. 2) como as principais “dimensões da cartografia que vêm sendo tensionadas por e a partir de jogos de poder”, colocando em xeque “o controle do território, de propriedade, de comportamentos e relações sociais, de processos políticos ou, das próprias formas e instrumentos de representação” (p. 3).

Partimos da compreensão dos mapas como linguagem – “textos profundos”, nas palavras de Harley (2009) – que, como tal, constituem discursos culturalmente



VI Colóquio Internacional
“A educação pelas imagens e suas geografias”

Campinas, 08 a 10 de novembro de 2021.

construídos que condicionam de maneira intensa as relações sócio-espaciais, refletindo e reforçando – mas também confrontando – as assimétricas relações de poder e saber que as atravessam. Entendendo os mapas como dispositivos ambivalentes, por sua associação inequívoca à manutenção de relações coloniais e patriarcais de poder, as (c)artografias do corpo(-território) ressignificam o ato de cartografar a partir da inclusão de novos suportes, simbologias, temas, sujeitos e metodologias tradicionalmente marginalizados pelo Estado e pela própria geografia, inclusive nos processos cada vez mais difundidos de mapeamento contra-hegemônico. Pela forma como vêm sendo encaminhados esses mapeamentos, valoriza-se não somente o mapa em si – como produto final que serve como ferramenta de denúncia e luta por uma existência livre de violência –, mas também o caráter pedagógico do processo de cartografar, tanto em termos de fortalecimento da identidade interna dos coletivos quanto no que se refere à articulação política e à consolidação de redes de apoio feministas. Além disso, os mapas adquirem papel relevante nas disputas narrativas no espaço público e nos espaços privados e na necessária articulação entre essas duas esferas de intervenção da militância feminista.

Retomando o corpo real frente ao corpo assexuado e abstrato da cidadania moderna (Ciriza, 2010) e desafiando a tradicional separação entre corpo e política, as dinâmicas de mapeamento do corpo(-território) encontram ressonância no movimento de mulheres da década de 1980, que colocaram em prática uma concepção radicalmente diferente do político. Dando continuidade, por sua vez, aos avanços teóricos e políticos de finais dos anos 1960 – quando Carol Hanisch já afirmava que “o pessoal é político” – os movimentos da década de 1980 politizaram a vida cotidiana, tornando pública a importância do íntimo e pessoal e reconhecendo o espaço privado e o corpo como espaços políticos por excelência.

Em artigo sobre as relações entre corpo e política, Ciriza (2010) explicita como a exclusão das mulheres da política se trata de uma construção hegemônica moderna[colonial] em função de uma diferença sexual significada como subalternização, o que teve consequências não só na vida cotidiana dos sujeitos, como também na validação de formas específicas de entender o mundo que atravessam, obviamente, também a geografia escolar e acadêmica. A partir da formação dos Estados nacionais, a legitimação da noção moderna de cidadão – indivíduo supostamente assexuado e abstrato – se torna o principal pilar da política, “operação através da qual se neutraliza e universaliza, de forma imaginária, o ponto de vista masculino e os direitos do indivíduo masculino e proprietário” (p. 3). A partir de tal lógica hegemônica, “o espaço público parece estar fundado na indistinção dos traços reais dos sujeitos, que devem ser suprimidos em benefício da igualdade formal de direitos” (p. 7), a qual, no entanto, exclui os corpos não hegemônicos: não masculinos, não brancos, não proprietários. Tal concepção conduz a que a diferença – baseada no corpo – seja excluída da política.

A perspectiva dicotômica ilustrada, de fato, divide a realidade em pares opostos e hierarquizados (mente-corpo, razão-emoção, masculino-feminino, público-privado, produção-reprodução), afastando também o íntimo e o privado – espaços



VI Colóquio Internacional
“A educação pelas imagens e suas geografias”

Campinas, 08 a 10 de novembro de 2021.

tradicionalmente associados ao feminino – do âmbito da política e, conseqüentemente, dos temas caros à educação geográfica. Como reflexo da sociedade, que nele imprime suas marcas, o corpo refletiria também “as disputas entre os conjuntos de relações sociais que se desenvolvem no âmbito social” (ANTÓN e DAMIANO, 2010, p. 31), dimensões estas que pouco aparecem numa geografia escolar que trata os conflitos desde uma dimensão geopolítica afastada da vida encarnada dos sujeitos.

Os processos de mapeamento corporal parecem incidir no processo de reapropriação dos corpos femininos e geram pistas sobre o que vem sendo entendido como corpo-território. Inspirados na metodologia da cartografia social, o mapeamento consiste em explorar o corpo(-território) tanto no sentido subjetivo – marcado por cicatrizes, relevos, sabores e memórias individuais e coletivas – como no sentido político do termo, relacionando os corpos às relações assimétricas de poder e às disputas pela apropriação do espaço em que estes corpos estão inscritos. A recuperação do trabalho com o corpo(-território) na práxis feminista significa, portanto, a ressignificação do ato político, ampliando a sua percepção para além do espaço público e do espaço da política formal/institucional, predominante da geografia escolar. O corpo é entendido, portanto, como dimensão social e culturalmente construída que produz e experimenta, a partir dos distintos marcadores sociais, espacialidades distintas daquelas tradicionalmente narradas por uma geografia acadêmica e escolar produzida hegemonicamente por e para sujeitos ditos “universais” (SILVA, 2009).

Conclusões

A sistematização preliminar dos dados nos permite tecer algumas reflexões e discussões iniciais profundamente articuladas ao âmbito da educação geográfica. Em primeiro lugar, o fato de que as (c)artografias do corpo(-território) se inserem num movimento de disputa dentro do campo geográfico e cartográfico, contrapondo à ideia de sujeito mapeador abstrato da moderno-colonialidade um sujeito-corpo-situado que mapeia. À pretensão de precisão, objetividade e neutralidade, sobrepõem-se produções contextualizadas e encarnadas de conhecimento, que raras vezes ocupam as salas de aula de geografia. Além disso, configuram uma maneira de se apropriar dos mapas para visibilizar questões fundamentais que dizem respeito ao “habitar/ser um corpo de mulher” (CIRIZA, 2010, p. 10) e que poderia ser adaptada para visibilizar experiências espaciais de outras corporalidades também tradicionalmente excluídas das narrativas geográficas escolares.

Os mapas ganham sentido, portanto, na disputa pela desconstrução de narrativas e subjetividades hegemônicas, tendo o corpo como eixo central de sua realização – tanto como suporte para o ato cartográfico quanto como fonte de conhecimento geográfico encarnado –, contribuindo à formação de outras narrativas espaciais não só sobre os mapas em si, como também – e principalmente – sobre a importância de uma análise geográfica que considere os diferentes marcadores sociais como condicionantes de experiências espaciais distintas. A inclusão do corpo, das emoções, da afetividade e das memórias no debate geográfico em espaços educativos permite, além disso, o



VI Colóquio Internacional
“A educação pelas imagens e suas geografias”

Campinas, 08 a 10 de novembro de 2021.

entrelaçamento de narrativas pessoais e coletivas, explicitando o caráter social da memória e preenchendo os vazios e apagamentos com experiências específicas de espaços de alteridade encarnada – experiências de dor, mas também de resistência.

Referências

- ANTÓN & DAMIANO. El malestar de los cuerpos. In: FORTE, G. & PÉREZ, V. (org). **El cuerpo, territorio del poder**. Buenos Aires: Colectivo Ediciones, 2010. p. 19-38.
- CIRIZA, A. A propósito de una controversia feminista: sobre ambivalencias conceptuales y asuntos de disputa. Las relaciones entre cuerpo y política. **Revista Herramienta**: revista de debate y crítica marxista, nº. 45, 2010.
- COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. **Mapeando el cuerpo-territorio**. Quito: CLACSO, 2017.
- GIRARDI, G.; LACERDA, L.; VARGAS, A.; LIMA, L. Cartografias alternativas no âmbito da educação geográfica. **Revista Geográfica de América Central**. Número especial EGAL, Costa Rica, 2011.
- HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575 – 599, 1988.
- HARLEY, B. Mapa, saber e poder. **Confins**, nº. 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>. Acesso em 20 de julho de 2019.
- LOPES, J. J.; COSTA, B. M.; AMORIM, C. C. Mapas vivenciais: possibilidades para a cartografia escolar com as crianças dos anos iniciais. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 6, nº 11, jan-jul, p. 237-256, 2016.
- NOVAES, A. R. (2014). Map Art and Popular Geopolitics: Mapping Borders Between Colombia and Venezuela. **Geopolitics**, Londres, v. 20, p. 121-141, 2014.
- OLIVEIRA JR., W. Apontamentos sobre a educação visual dos mapas: a (des)natureza da ideia de representação. In: **Anais do Colóquio de Cartografia para crianças e escolares**, Juiz de Fora, 2009.
- POSADA, L. Signos cardinales. **Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas**, Bogotá, v. 9, nº 2, julho-dezembro, p. 217-222, 2014.
- SANTOS, R. E. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**. Número especial EGAL, Costa Rica, 2011.
- SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, J. M. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2009. p. 55-92.
- _____. Gênero e espaço: esse é um tema geográfico? In: AZEVEDO, D. & MORAIS, M. (org.). **Ensino de Geografia: novos temas para a Geografia escolar**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 97-125.
- _____. Palestra Por uma Geografia encarnada: corporalidades e poder. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Gma-xEnf18>. Acesso em: 10 maio 2021.